



## Súmula da Assembleia Geral Ordinária/RNPI 05 e 06 de dezembro de 2023

No dia 05 de dezembro do corrente ano, no Auditório Manoel Bandeira do Mar Hotel Conventions, em Boa Viagem – Recife/PE, às 09h, foi iniciado o Primeiro dia da 2ª Assembleia Geral Ordinária – AGO/RNPI/2023, de maneira híbrida pela plataforma Google Meet e presencial. Estiveram presentes neste primeiro dia presencialmente e virtualmente <https://bit.ly/ListaPresenca-2AGORNPI2023>. O público (presente e virtual) foi recepcionado pela dupla de cantores Rafael Lima Voz e Violão e Anderson Cleiton Vocais. Depois da apresentação, a AGO foi iniciada pela coordenadora da SE/RNPI/UNCME-PE Solidade Menezes dando as boas-vindas e falando da importância das autoridades presentes e virtuais, envolvidos com a primeira infância. O cerimonialista, por sua vez, convida as autoridades para a formação da mesa de abertura composta pelo Sr. Manuel Messias, representando a UNCME Nacional, que em sua fala destacou a importância da participação e apoio das instituições e órgãos parceiros em defesa da Primeira Infância. “Essas parcerias são fundamentais para o fortalecimento e criação de Políticas Públicas na defesa da Primeira Infância”. Em destaque tivemos as falas do Presidente do Tribunal de Contas de Pernambuco, o Sr. Ranilson Ramos, Dr. Ranilson Ramos destacou a parceria do TCE/PE na formação de gestores municipais e ajudar a fortalecer essa grande Rede de proteção a Primeira Infância que passa efetivamente pela ação dos municípios. Em sua fala, ele ressaltou a importância do Plano Municipal pela Primeira Infância - PMPI, e da cobrança por parte do TCE/PE aos municípios, já que o Estado de Pernambuco não tem nem cinquenta por cento dos PMPI aprovados, da Vice-prefeita da Cidade do Recife, a Srª Isabella Roldão destacando sobre a importância da igualdade de gênero dentro do universo da primeira infância, ela ainda ressaltou da relevância na figura paterna nesse processo que hoje é fortemente formado pelo gênero feminino. Na fala do Secretário de Educação da cidade do Recife, o senhor Fred Amâncio, ressaltou a necessidade de criar políticas públicas voltadas à primeira infância e que para isso se tornar viável é necessário criar um orçamento voltado à realidade e necessidade da primeira infância. Na ocasião o Secretário Fred Amâncio declarou a relevância do encontro e a satisfação em participar e firmar o compromisso da Prefeitura do Recife com a Primeira Infância, Representando a Frente Parlamentar da Primeira Infância na ALEPE, a Deputada Simone Santana que em sua fala enfatizou a implantação de programas em defesa da Primeira Infância e a relevância da Frente Parlamentar da Primeira Infância na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco e do compromisso em socializar o tema para conhecimento das instituições e sociedade civil, ressaltando para que haja políticas públicas é necessário que invista em diagnósticos



precisos e que tenha inclusão orçamentária direcionada ao tema. Representando a Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância, de forma virtual, a Senadora Teresa Leitão, que em sua fala destacou o compromisso do parlamento em pró da Primeira Infância com destaque a parte orçamentária dentro de diversos cenários nos ministérios, como no da saúde, Desenvolvimento Social e Educação e em seu primeiro mandato como Senadora aderiu a Frente e foi na condição de Vice Presidenta para participar do curso de Liderança da Primeira Infância em Havard. Representando a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, o senhor Marcelo Oliveira, em sua fala, destaca a importância de encontros para fortalecer a estratégia em defesa da Primeira Infância. Representando o Governo do Estado de Pernambuco a Sr<sup>a</sup> Flávia Veras. E representando o Comitê Intersetorial da Região Metropolitana de Recife do Tribunal de Justiça de Pernambuco, a Sr<sup>a</sup> Eliane Bezerra. A Coordenadora da Secretaria Executiva RNPI, Sr<sup>a</sup> Solidade Menezes convida as autoridades que compuseram a mesa de abertura para receber da RNPI a certificação de participação e brindes da segunda AGO/RNPI/2023. A Sr<sup>a</sup> Vaneska Melo e Fabíola Lins da Secretaria Executiva da RNPI, Cristina Bó – CIESPI PUC Rio e Thereza Marcilio - AVANTE, integrantes do Grupo Diretivo - GD, fizeram os cumprimentos e agradecimentos aos convidados para a mesa de abertura. O cerimonialista dá continuidade às ações cerimoniais de abertura oficial, convidando o público para a execução do hino Nacional, o hino de Pernambuco. Seguindo a programação, foi dado início a Palestra de Luciana Lima – Secretária da Primeira Infância do Recife que proferiu sobre o tema: “Avanços na Política Pública de Primeira Infância do Recife”. Em sua fala, Luciana Lima contextualizou como a criação e investimento em políticas públicas voltadas à Primeira Infância têm avançado e formando uma nova construção no cenário atual. Em seguida a coordenadora da Secretaria Executiva RNPI, Sr<sup>a</sup> Solidade Menezes, fez a leitura da Programação e pôs a pauta para aprovação. Logo após, tivemos a aprovação por unanimidade da programação. Dando sequência à programação teve início a segunda palestra que foi ministrada por Vital Didonet, com a temática: “Desafios de crescimento da RNPI 2023-2024 - itens para refletir e atuar em Rede”. Na sua apresentação, Vital Didonet destacou os cenários atuais, verso à realidade encontrada em cada região e as crises que são geradas e que provocam desafios, abrindo possibilidades de crescimento. Dando sequência à programação foi dado início ao debate com os participantes, autoridades e organizações membros da RNPI. O primeiro turno foi encerrado com a fala de Solidade Menezes que ressaltou a importância do debate em defesa da Primeira Infância.

Na tarde do primeiro dia 05 de dezembro foi sequenciada a AGO, às 14h54 com a fala da Vaneska Melo, Coordenadora Administrativa e



Financeira da RNPI, que apresentou os Relatórios de Gestão da RNPI (Técnico e Financeiro) do período de 01 de junho a 30 de novembro de 2023. Após finalizar a apresentação do relatório, Vaneska Melo destacou que a maior dificuldade é a sustentabilidade da REDE e pontua sobre a importância da parceria com as Secretarias de Educação e da Secretaria da Primeira Infância do Recife para a logística e realização da segunda AGO de 2023, de forma híbrida. Logo a seguir, Vaneska Melo abre espaço para o diálogo e perguntas com os participantes presentes e virtuais da RNPI. Cristina Bó - CIESPI, em sua fala, parabenizou a Secretaria Executiva RNPI pelo relatório e levantou duas questões, sendo uma em relação ao Advocacy da RNPI. Cristina questiona se o documento de subsídio para o GT da Primeira Infância já foi produzido? Na oportunidade o Vital Didonet já lhe respondeu explicando que a minuta produzida para o documento, que a descreve enquanto uma proposta de como construir a política nacional da Primeira Infância e o segundo documento de forma mais específica será sobre a escuta da sociedade civil, que resultará no documento final criado pelo GTPI, com perspectiva de entrega para fevereiro de 2024 ao Presidente da República. Em seguida a Sr<sup>a</sup> Rita da Silva integrante do Grupo Diretivo – GD/RNPI, dirigiu sua pergunta ao Vital Didonet: “A escuta das crianças será aberta ou será direcionada a um grupo específico?” Em sua resposta, Vital Didonet esclareceu que não há tempo de fazer novas escutas pelo prazo para entrega do documento para fevereiro. Na oportunidade, Thereza Marcilio representante do GD/RNPI, ressaltou a importância de as escutas constarem no documento. Maristela Cizeski – Pastoral da Criança, parabenizou o trabalho de Rita da Silva, com a escuta das crianças indígenas e aproveitou o espaço para lançar a pergunta ao Vital Didonet, “Como fica o conselho da pessoa com deficiência, conselho dos povos indígenas se o Conselho irá decidir tudo?”. Vital Didonet informou que não pode responder por não fazer parte do Conselho, e comunicou que tudo tem que convergir para as crianças e as infâncias diversas. Luzia Laffite, Coordenação da Comissão Temática PMPI/PEPI, resalta que as crianças indígenas não têm acesso às políticas públicas e que essa realidade deve ser analisada para que as crianças indígenas sejam assistidas da mesma forma, trazendo oportunidades, segurança e proteção para todas elas no período da primeira infância. Luzia Laffite continuou sua fala afirmando que não entendeu por que o primeiro relatório de Vital Didonet foi entregue e que o segundo relatório seria o relatório da escuta das crianças para os ministérios, e questionou se haverá outro relatório da sociedade civil ou ficará só ministerial. Em resposta, Vital Didonet ressaltou que o documento que foi entregue contém a proposta de construir a Política Nacional da Primeira Infância e o segundo está produzindo uma proposta para política da sociedade, das organizações e das crianças. Vital seguiu sua fala informando que será um documento único sendo um as vozes dos adultos e o outro com as vozes das crianças.



Seguindo as falas, a Sr<sup>a</sup> Elizangela Mercado, questiona o porquê de a RNPI não fazer parte do GT Primeira Infância e do Conselho? Cristina Bó, questiona o documento do Conselho por não ter passado pela Rede. Galdina Arrais fala de criar um movimento para a Rede fazer um esforço coletivo. Vaneska Melo informa que por conta do horário e seguir a programação, solicita que Vital Didonet responda as últimas perguntas e faça suas considerações finais. Vital Didonet responde às perguntas e em sua fala, ele explica que não é fácil responder essas questões, pois ele não está por dentro de tudo que se refere ao GTPI, e que ele foi convidado a contribuir, por conta da experiência sobre a Rede e na construção de consenso coletivo e plurais. Por isso, a proposta da construção da política é a mesma encontrada no Plano Nacional da Primeira Infância. Porém mais à frente, pois, ela é interfederativa. Ele segue afirmando para Elizangela que essa pauta foi discutida na reunião do CONANDA, no entanto, o Presidente Lula criou uma escuta da sociedade civil em todos os campos da atividade nacional. O Conselho não ficou ativo no governo Bolsonaro e voltou no governo Lula muito mais extenso com muito mais áreas de diversidade, com 240 pessoas de diversas áreas. Em seguida responde a Thereza Marcilio que questionou o porquê a RNPI não está integrando o GT da Primeira Infância “Não acho que precisamos trabalhar nenhum centímetro para justificar um assento dentro do GT. Não consigo entender como não fazemos parte disso. Mas vamos seguir contribuindo”. Vital Didonet responde que não sabe responder pois quem chamou e constitui o Conselho foi o Ministro Alexandre Padilha. E informa que está abrindo caminho para a Rede. Vaneska Melo encerrou o debate do primeiro dia e informou que retornará a discussão no dia seguinte pela manhã. Voltando à segunda questão de Cristina Bó, sobre a atualização do site, ela questiona que documentos do corrente ano ainda não estão no site, Arthur Lopes - Coordenador de TI da Secretaria Executiva RNPI, responde que algumas partes do site são atualizadas diariamente e informa que tem partes do site que necessitam de atenção maior e que estão sendo realizadas em movimentação interna da Secretaria Executiva/RNPI para atualização. Rita da Silva informa que o GD e a Secretaria Executiva tentaram criar um plano para ajudar a Rede a se manter quanto à sustentabilidade financeira. Vaneska Melo coloca o Relatório Técnico e Financeiro da Secretaria Executiva RNPI para aprovação, o relatório foi aprovado por maioria. A Sr<sup>a</sup> Solidade Menezes às 16h30 iniciou a apresentação das REPIs de AL, BA, CE, MA, MG, PB, PE, PI, RN, RS, e o estado de SP optou por não se apresentar. O espaço foi destinado para relato das principais ações de cada REPI em seus estados. Na ocasião a REPI Rio Grande do Sul (RS), que foi fundada recentemente, apresentou a criação da sua logo marca. Em seguida, Vaneska Melo, sugeriu a mudança de horários das apresentações das Comissões Temáticas e GTs, para acontecer no primeiro horário do dia 06. A sugestão foi aprovada por unanimidade. Seguindo a programação a Coordenadora



da Secretaria Executiva RNPI, a Sr<sup>a</sup> Solidade Menezes, convidou os representantes das REPIs até o palco, onde receberam um brinde em homenagem ao trabalho desenvolvido à frente das REPIs. Em seguida, Luzia Laffite, membro da REDE e Coordenadora da Comissão Temática de PMPI e PEPI, fez a sua apresentação que relatava as atividades da Comissão Temática: (PEPI/PMPI) e Grupos de Trabalho. Depois da apresentação foi aberto espaço para debate sobre o tema, onde a Sr<sup>a</sup> Thereza Marcilio sugeriu para votação a criação de quatro Comissões Temáticas de Incidência Política: Saúde das Crianças; Educação Infantil; Proteção às infâncias e prevenção às violências; e Direitos da Criança e Poder Legislativo). A sugestão teve aprovação por unanimidade. A programação do primeiro dia foi encerrada com os avisos anunciados por Vaneska Melo, informando que no dia seguinte (06/12/23) pela parte da manhã a AGO seguiria de forma 100% presencial com os Grupos de Trabalho, Comissões Temáticas e Coordenações das REPIs. A Coordenadora da SE/RNPI, a Sr<sup>a</sup> Solidade Menezes fez o encerramento da programação do primeiro dia.

No dia 06 de dezembro, segundo dia da AGO/RNPI, a programação teve início às 09h56. Inicialmente foi proposto obedecer à programação. No entanto, o público propôs de unificar as pautas das Salas 01 e 02. Na sala 1, o tema seria as Comissões Temáticas e o Grupos de Trabalhos. Na sala 2, o tema seria os Planos Municipais pela Primeira Infância e a campanha “Criança é Prioridade”. Todos os participantes foram direcionados ao auditório, para decidir a formação dos grupos. Na ocasião Gabriela Martins, Integrante do GD, propôs uma nova formação, onde seria realizado os trabalhos por um único grupo e trataria de todas as pautas. A proposta foi aprovada por unanimidade. Seguindo as propostas aprovadas no primeiro dia, a reunião seguiu com a apresentação das Comissões Temáticas, seguindo a ordem: Comissão Temática 1 GT- Educação Infantil apresentado por Elisângela Mercado, 2 Comissão Temática GT – Saúde apresentado por Angelita Hermann, 3 Comissão Temática GT- Articulação e Mobilização, apresentado por Heloísa Oliveira, e 4 Comissão Temática GT- Protocolos das REPIs apresentado por Gabriela Martins. Depois das apresentações foi aberto o espaço para perguntas e esclarecimentos, na ocasião muitos participantes se pronunciaram contribuindo com a formação do conteúdo. No decorrer do debate, Angelita Hermann (Instituto Promundo) apresentou outra temática importante, a Comissão Temática de Pais pela Primeira Infância” Angelita apresentou também como Comissão Temática, vendo que não existia temporalidade para o grupo acabar, na sua fala, Angelita ressaltou, “sempre estariam ali presentes os Homens pela Primeira Infância”. A Campanha “Criança é Prioridade” que será lançada em



2024 em toda a Rede estará aberta para todos que queiram participar. A pessoa designada para ficar à frente deste projeto foi a coordenadora da Secretaria Executiva RNPI, Solidade Menezes.

Na tarde do dia 06 de dezembro de 2023 teve início às 13h45 e começou com a apresentação Cultural de Érica Montenegro, cordelista, que levou sua arte contando a história da RNPI/REPIs em forma de cordel. As apresentações culturais continuaram com apresentação do coral da Creche Municipal do Recife Meninos Bom Jesus que levou crianças para apresentar uma cantata de Natal. Seguindo a programação a Coordenadora RNPI Solidade Menezes apresentou os informes e encaminhamentos da manhã do dia 06 de dezembro com deliberações. São eles: Comissões Temáticas (CT) recém-criadas (Saúde das Crianças; Educação Infantil; Proteção às infâncias e prevenção às violências; e Direitos da Criança e Poder Legislativo) estão abertas para novos membros. Cada CT irá informar a SE/GD/RNPI sobre a coordenação, forma de atuação e prazos. Sugestão de que cada CT crie um Plano de Comunicação de modo a garantir maior visibilidade de suas ações, produções etc., tanto interna, quanto externamente à Rede. Sugestão de criação de instâncias de compartilhamento e articulação entre CT: agendas fixas de reuniões conjuntas e/ou Seminário Integrativo. As coordenações das CT, em parceria com a SE, ficam responsáveis por conduzir essas ações. Sugestão de que as REPIs se organizem para que tenham membros participando das diferentes Comissões Temáticas. Sugestão de que a RNPI trabalhe para uma composição mais diversa dos seus integrantes. Campanha Criança é Prioridade: uma Assembleia Geral Extraordinária virtual será marcada para discussão e encaminhamentos em relação à Campanha. O GD e SE assumiram compromisso de trabalhar de forma mais articulada no orçamento atual, bem como no planejamento financeiro, tendo em vista a necessidade de apoiar as prioridades definidas pela Rede e garantir maior sustentabilidade em torno das mesmas. Necessidade de aprofundar a discussão sobre a relação entre a RNPI e as REPI, tanto no que diz respeito ao papel da RNPI no apoio, orientações e fluxos de atuação com as organizações de cada REPI, quanto em seu território. CT Direitos das crianças e Parlamento elaborará documento de Orientações sobre ações de incidência política das Redes pela Primeira Infância nas Frentes Parlamentares. ANDI encerrará, em dezembro de 2023, o gerenciamento do Observa e das consultorias que atualmente o conduzem. A SE, apoiada pelo GD, passará a gerenciar o Observa, analisando sua sustentabilidade, condução e organizando o plano de operação para 2024 e próximos anos.

Após apresentação dos informes e encaminhamentos do GD, a Sr<sup>a</sup> e integrante do GD Angelita Herrmann, fez uma fala da importância da criação da Comissão Temática: Homens Pela Primeira Infância. Na



ocasião, ela ressalta a importância da participação do trabalho dos homens dentro do espaço da primeira infância. Seguimos a pauta, Angelita apresentou a sugestão de troca de nome da Comissão Temática Infâncias Diversas e Violência para novo nome: Proteção às infâncias e prevenção às violências. A terceira indicação para votação foi apresentada por Solidade Menezes e fala sobre a Criação de Documento de Orientações para criação de novas Redes pela Primeira Infância (Estaduais, Municipais e Distritais), com indicação de que até dia 20/12 os membros possam contribuir com a minuta enviado. A Assembleia Geral Extraordinária será marcada para votação da versão final do documento. As propostas levadas a votação obtiveram unanimidade na aprovação.

A Sr<sup>a</sup> Solidade Menezes convida a Diretora Executiva da ANDI, a Sr<sup>a</sup> Miriam Pragita para iniciar a palestra sobre a importância, atuação e movimentação do ano de 2023 do site OBSERVA (Observatório do Marco Legal da Primeira Infância), situação atual e perspectivas futuras para o ano de 2024. Mirian ressalta em sua fala que o objetivo é pautado em incidir sobre os processos de formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas voltadas à Primeira Infância. Por meio da consolidação e divulgação de dados e informações visando garantir prioridades a essa agenda em âmbito local e nacional. Ela ainda explica que o site é formado com três eixos fundamentais. São eles: Indicadores, Planos pela Primeira Infância e Biblioteca. Explicou que a Rede criou um comitê técnico de acompanhamento que foi formado pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Ministérios da Saúde, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Avante Educação e Mobilização Social e Unicef. Depois da apresentação, foi aberto o espaço para diálogo com os participantes que aproveitaram o momento para tirar dúvidas sobre acesso a informações técnicas e dados. Sobre as perspectivas do site OBSERVA para 2024, já que a administração e manutenção de conteúdo que durante os últimos dois anos, ficou sob a responsabilidade da ANDI e em 2024, passará aos cuidados da Secretária Executiva e GD, a Coordenadora da SE/RNPI, Solidade Menezes convida a representante do GD, a Sr<sup>a</sup> Patricia Camargo para explanar como vai ser gerido o OBSERVA em 2024. Em sua fala afirma o apoio do GD à Secretaria Executiva RNPI nos próximos anos de administração e atualização do site OBSERVA. Na sua fala, Patrícia ressalta que essa administração será possível se houver sustentabilidade e recurso para que siga com o projeto do OBSERVA. Na ocasião ficou claro a existência e permanência da consultoria externa que tem como função técnica manter o funcionamento do site. Seguindo a programação, Vaneska Melo deu início à apresentação da atualização de organizações membros por unidade federativa e solicitações de adesão. Em sua fala Vaneska Melo apresenta os dados



de 270 organizações, separadas por estados e regiões. Outro ponto foi a solicitação dos novos membros, que apresentou solicitação através de formulários enviados para a SE/RNPI com data de 10 dias anteriores ao evento, seguindo o Regimento Interno da Rede. Foi deliberado que amigos da RNPI devem ser indicados por Organizações-membros da Rede, e não de pessoas físicas. Diante desta normativa, não foi possível votar a entrada dos amigos da RNPI, pois no processo não teve indicações das instituições membro da Rede. As indicações serão encaminhadas pelas instituições para avaliação.

Em seguida Vaneska Melo, fez leitura dos nomes das instituições que solicitaram adesão à RRNPI, e informou que todas as informações foram enviadas para Rede na data de 10 dias anteriores ao evento. A votação não foi realizada por falta de entendimento sobre as indicações das instituições dos amigos da Rede. Seguindo as escutas, Thereza Marcilio foi a primeira a se pronunciar e em sua fala sobre as instituições POPPINS Micro School que solicitaram adesão à REDE, Tereza se declara contra a inclusão da instituição e justifica seu voto com base na atuação da POPPINS na venda de aulas domiciliares (Homeschooling). Rita da Silva concordou com a fala de Thereza Marcilio e levanta outro questionamento. Segundo ela, as instituições solicitando entrada na RNPI, mas não contribuem com o processo depois da adesão. A fala seguinte foi de Cristina Bó, que afirma não conhecer as instituições que fazem parte da Rede e isso se deve ao fato de as instituições não participarem ativamente do processo. Em seguida, a Sr<sup>a</sup> Vaneska Melo, informa que o processo de entrada da Rede enviada pelos solicitantes, respeita o regimento da RNPI, onde diz “Art. 39. O ingresso deverá ser aprovado por maioria simples em votação realizada em Assembleia Geral ou mediante consulta eletrônica em 10 (dez) dias corridos”. “Art. 40. No caso de recusa para ingresso na RNPI, a Secretaria Executiva RNPI enviará carta resposta, informando o motivo da não aprovação.”

“Art. 41. Da recusa cabe recurso, que deverá ser encaminhado à Secretaria Executiva, que o levará para análise e deliberação por maioria simples em votação realizada em Assembleia Geral ou mediante consulta eletrônica em 10 (dez) dias corridos.” Seguindo a programação a Sr<sup>a</sup> Patrícia Camargo, afirma que entende a aflição de Rita da Silva e fala que a Rede deveria ter tido este trabalho e cuidado de ir pesquisar as solicitantes a adesão à REDE, que não se sente confortável em aprovar ou não aprovar, pois não teve condições de pesquisar as instituições. Thereza Marcilio traz uma sugestão para fazer uma seleção prévia ou triagem pela Secretaria Executiva antes de mandar as solicitações serem enviadas para a RNPI. Vaneska Melo leu a sugestão de Rosane da OMEP; “deveríamos votar nas instituições que já conhecemos”. Cizele Ortis sugere que seja criado um comitê pré-análise por cada um ou por um comitê pré-assembleia. Em seguida





Vaneska Melo passa a fala para Maristela Cizeski, que fala sobre fazer uma reavaliação de todas as instituições que fazem parte da RNPI e afirma concordar com Thereza Marcilio em não aprovar a POPPINS Micro School. Maristela ainda sugere que as instituições que já são conhecidas pela Rede, devem ser levadas a votação de inclusão ou não da RNPI. Cristina Bó toma a fala e ressalta que na última assembleia, teve encaminhamentos para que seja criado um comitê de avaliação dos solicitantes a entrar na Rede, mas que não foi criado este comitê e reforça a importância de fazer que os encaminhamentos aconteçam, e que deveria colocar nos encaminhamentos a criação deste comitê de avaliação. Ana Marcílio fala que antes de postar na Rede deveria ser feita checagem das instituições solicitantes e só depois seria enviado para votação na RNPI. Ela também pergunta se irá aprovar ou se deixará para análise futura da REede. Ainda em sua fala, Ana Marcílio questiona a quantidade de participantes na plenária e afirma que não tem a quantidade de quórum na Assembleia. E afirma que não tem condições de votar por uma questão numérica no regimento. Solidade Menezes fala sobre a proposta de aprovar a inclusão das instituições conhecidas e afirma que houve uma falha da Rede por não ter criado o comitê. Solidade ainda afirma que a Secretaria Executiva RNPI fez o seu trabalho e sugere como ponto de aprovação pela Assembleia com os presentes e virtualmente sobre a legitimação da institucionalidade deste Comitê. Ainda em sua fala, Solidade explana sobre as 270 organizações membros da REDE, onde o regimento diz que a cada 2 anos a Secretaria Executiva RNPI faz atualização cadastral destas instituições, o comitê além de fazer avaliação da entrada na Rede, faria a reavaliação destas instituições membros da RNPI. Vaneska Melo passa a fala para Sônia Bonici, que afirma que atualmente a Rede não tem pernas para analisar a entrada na RNPI e sugere que organizações que já fazem parte da Rede indiquem as instituições e que sejam responsáveis por estas indicações de instituições novas para fazerem parte da RNPI. Rosane, representante da OMEP, fala sobre a RMPI de São Leopoldo, ela sugere que seja aprovada a adesão à Rede e fala que um Comitê daria conta. Angelita Herrmann cita o Artigo 39 do Regimento e sugere que seja retirado da pauta da Assembleia e a Rede se compromete em enviar novamente nos 10 dias corridos, com todas as perguntas e indagações, pois o regimento permite isso e que precisa ser olhado um a um. Maristela Cizeski concorda com Angelita Herrmann e afirma que se tem alguém que possa defender alguma instituição ou se tiver representante que possa defender, faça sua apresentação em defesa da inclusão à Rede. Vaneska Melo fala que Rosane defendeu a RMPI de São Leopoldo. Gabriela Martins fala que as instituições solicitantes não foram convidadas para estarem na Assembleia. Vaneska Melo fala que precisa ser deliberado na Assembleia, informa que deu o prazo de 10 dias para votação na



Assembleia, como reza o regimento, mas que é possível seguir a sugestão de Angelita Herrmann que consiste em reenviar para Rede novamente e no prazo de 10 dias corrido seguir para votação. Vaneska Melo segue sua fala informando que as das instituições que tiveram representantes que possam apresentar sua defesa, seguirá para votação de inclusão na RNPI e as demais enviarão novamente para que sejam analisadas e votadas. Ana Marcílio afirmou que a RMPI de São Leopoldo não precisa estar na votação pois ela não entra como instituição e sim como Rede. Solidade Menezes fala que a RMPI de São Leopoldo deve enviar um ofício para Secretaria Executiva RNPI para tornar oficial. Thereza Marcilio fala que a Rede Municipal não precisa entrar na lista, fala que a Secretaria Executiva RNPI deveria ser responsável em fazer a triagem. Vaneska Melo fala que a Secretaria Executiva RNPI só fará a triagem se fosse feita em parceria com o GD Grupo Diretivo. Solidade Menezes defende a criação do Comitê. Ana Marcílio mais uma vez ressalta sobre a quantidade de participantes da assembleia para votação de qualquer encaminhamento afirma que não pode votar por não ter quantidade de participantes suficientes, na mesma fala ela afirma que enquanto era Secretaria Executiva RNPI ela fazia a triagem das solicitantes a adesão à Rede sem passar por votação ou comitê. Galdina Arraes da REPI - MG, fala que baseado no Regimento Interno, a votação é para ser feita na Assembleia de maioria simples por votação realizada na Assembleia e não fala sobre quantidade de instituições presentes na plenária. Gezyka Siqueira da REPI - MA, sugere que as instituições que querem entrar na Rede, precisam primeiro participar da Rede Estadual, e só depois solicitar a entrada na Rede Nacional. Vaneska Melo responde a Gezyka Siqueira, informando que a sugestão apresentada não está no Regimento Interno, então não pode ser levada como uma obrigatoriedade. Thereza Marcílio tem a vez de fala e declara que a Secretaria Executiva RNPI tem de fazer a Triagem e que não pode ser usado como critério fazer parte da Rede Estadual para entrar na Nacional. Mas que pode ser feito uma sugestão a buscar a sua Rede Estadual, e reforça que a proposta era fazer a triagem e não o comitê. Gabriela Martins fala que a triagem não foi feita e que a Secretaria Executiva RNPI fizesse a triagem e enviaria novamente para Rede. Ela também fala que está na hora de fazer revisão do Regimento Interno para adaptar essa situação. Gabriela também não defende a criação do comitê de avaliação. Cristina Bó fala que ficou acordado pela Secretaria Executiva RNPI de fazer a triagem e que deveriam ser aprovadas as instituições dos que estão presentes. Thereza Marcilio em sua fala explica que a RMPI de São Leopoldo não deveria estar na lista de solicitação de entrada da Rede, assim como a Secretaria da Primeira Infância do Recife já deveriam estar na Rede. Vaneska Melo responde sobre a inclusão da Secretaria da Primeira Infância e explica que isso não está no



regimento e que tem de passar pela aprovação da Rede para efetuar a entrada. Em sua fala, Rita da Silva dá sugestão de encaminhamento de quem tiver virtualmente ou presencial possa defender e o restante faz a triagem. Vaneska Melo ressalta que a Secretaria Executiva da Primeira Infância está presente e que pode se pronunciar, em seguida Vaneska pergunta a todos se mais alguém conhece alguma instituição solicitante para defender e abrir a votação. Thereza Marcilio fala para voltar e deixar a responsabilidade com a Secretaria Executiva RNPI para fazer a triagem. Vaneska Melo coloca para votação o encaminhamento de Rita da Silva para aprovação. Os encaminhamentos são aprovados por maioria dos presentes na Assembleia. Thereza Marcilio fala que a Secretaria Executiva RNPI deve fazer a triagem. Vaneska Melo deixa claro que não está no regimento que a Secretaria Executiva RNPI não faz triagem. Thereza Marcilio novamente fala que é de responsabilidade da Secretaria Executiva RNPI. Vaneska Melo responde que não é de responsabilidade da Secretaria Executiva RNPI e põe para aprovação de enviar novamente para 10 dias as instituições para análise da Rede. Encaminhamento feito foi que as instituições que estavam presentes na plenária fossem aceitas na RNPI, e as demais seguem para reenvio no prazo de 10 dias. O Encaminhamento foi aprovado por maioria dos presentes na Assembleia. Solidade Menezes dá suas falas finais, informando a data do segundo Momento Formativo: Os 1000 primeiros dias – Programa de Colinas. Solidade Menezes ressalta sobre a ausência dos próprios membros da Rede nas ações da RNPI. Em seguida, ela agradece a Secretaria da Primeira Infância do Recife, a Prefeitura do Recife e a Secretaria de Educação do Recife, na realização da Assembleia Geral Ordinária. Seguindo a programação, Solidade Menezes entrega um brinde a Luciana Lima - Secretária da Primeira Infância do Recife. Foi aberto a vez de fala para Luciana Lima que parabenizou a Secretaria Executiva da RNPI, parabeniza toda a RNPI e agradeceu pelo convite. Solidade Menezes declara encerrada a segunda Assembleia Geral Ordinária de 2023.

### **Observação Adicional**

Segue o link da gravação dos dois dias de plenária com filmagem na íntegra, de todos os momentos relatados acima: <https://bit.ly/2-ago-hibrida-rnpi-2023>